



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 29/4/2010, às 10:32
Lacyna / estagiário

MPV-487

00021

data 28/04/2010	Proposição Medida Provisória nº 487/2010			
Autor Deputado Luiz Carreira – DEM/BA			Nº do prontuário	
1. <input type="checkbox"/> supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> substitutivo global				
Página	Artigo 6º	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 487/2010 a seguinte redação:</p> <p>“ Art. 6º Esta Medida provisória entra em vigor na data de sua publicação. ”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Com a finalidade de resguardar o princípio basilar do Estado Democrático de Direito - a Segurança Jurídica - propõe-se a supressão da parte final deste artigo, que prevê a retroação dos efeitos do art. 1º da MP 487 a 31 de dezembro de 2009.</p> <p>A irretroatividade da lei é regra, que em matéria orçamentária torna-se absoluta, pois a retroação encontra barreira intransponível, defendida pelo princípio da anualidade (orçamento anual).</p> <p>O fato de os efeitos da MP, editada em 23 de abril de 2010, retroagirem a 31 de dezembro de 2009 modifica o status jurídico, já que se inclui uma nova atividade econômica, “produção de bens de consumo para a exportação”, como beneficiária da subvenção econômica.</p> <p>Daí, instala-se a insegurança jurídica quanto aos atos negociais válidos, impossibilitando a fiscalização da legalidade e da defesa dos direitos e interesses dos cidadãos.</p>				
PARLAMENTAR				

